



SAÚDE PÚBLICA

Fiocruz elabora vacina por RNA contra covid

Primeira etapa da pesquisa está prevista para começar em 2027. Fármaco faz parte da estratégia de fazer com que o Brasil não dependa de importações em momentos agudos — como na pandemia — e amplie o acesso à população pelo SUS

» RAFAELA BOMFIM*

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) recebeu autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para iniciar os estudos clínicos da primeira vacina brasileira contra a covid-19 com tecnologia de RNA mensageiro (RNAm). Será testada como dose de reforço e ampliará a capacidade nacional de desenvolvimento e fabricação de vacinas.

A primeira etapa da pesquisa está prevista para começar no início de 2027. O produto já passou pela etapa pré-clínica, com resultados que demonstraram proteção contra a doença. Também foram realizados estudos que fazem parte do processo de preparação para os testes em seres humanos.

A tecnologia de RNA mensageiro funciona a partir de instruções que orientam o organismo a produzir uma resposta contra determinado agente. O fármaco vem sendo desenvolvido na plataforma própria de RNAm de Bio-Manguinhos. Segundo o presidente da Fiocruz, Mário Moreira, “a consolidação dessa plataforma amplia a capacidade nacional de responder a emergências sanitárias, reduz a dependência de tecnologias externas e cria uma base para o desenvolvimento de novos produtos voltados a diferentes desafios do Sistema Único de Saúde (SUS)”.

Uma das características da plataforma é a possibilidade de adaptar a mesma estrutura para diferentes vacinas e terapias, alterando as informações utilizadas para estimular o sistema imunológico. A covid-19 foi escolhida como primeiro alvo da plataforma porque, na pandemia, já havia sido o uso de vacinas de RNAm. Mas, segundo Patrícia Neves,

Leonardo DiCaprio encontra Lula para tratar de preservação ambiental

Instagram pessoal



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a primeira-dama Janja compartilharam, ontem, fotos ao lado do ator e ativista ambiental Leonardo DiCaprio, que esteve no Palácio do Planalto para uma reunião com representantes do governo brasileiro e da organização ambiental Re:wild. O encontro teve como tema o

preservacionismo, a Amazônia e o combate às mudanças climáticas. Na publicação feita no Instagram, Lula disse que “conversamos sobre os impactos das mudanças climáticas e as iniciativas do governo brasileiro de proteção ao meio ambiente, com redução recorde do desmatamento, enfrentamento ao garimpo ilegal e

demarcação de terras indígenas”. O encontro durou cerca de 40 minutos. DiCaprio está no Brasil para conhecer iniciativas de conservação da natureza. Antes de vir a Brasília, passou pelo Pantanal e por áreas do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, onde visitou projetos e se encontrou com lideranças indígenas.

» Anvisa manda Unilever parar produção

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou a suspensão da fabricação de produtos de limpeza na unidade da Unilever, em Vinhedo (SP). A decisão foi publicada ontem, no *Diário Oficial da União (DOU)*. A medida foi tomada após uma inspeção identificar falhas nas boas práticas de fabricação. Segundo a Anvisa, não há determinação de recolhimento ou suspensão do uso de nenhum produto já produzido. De acordo com a agência, entre as inconsistências mapeadas, estão falhas nos controles realizados durante a fabricação e antes da liberação dos produtos, deficiências no monitoramento da água utilizada no processo produtivo e fragilidades na investigação e correção de problemas identificados pela própria empresa. A Anvisa ressaltou que a avaliação das evidências disponíveis até o momento não indicou contaminação microbiológica ou outros problemas sobre os lotes produzidos na fábrica.

CONGRESSO

CCJ do Senado aprova texto da PEC da Segurança

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) aprovou, ontem, o texto-base da proposta de emenda à Constituição da Segurança Pública, mantendo o grosso do texto aprovado pelos deputados. Foi retirado da proposta o repasse de parte da arrecadação de bets para financiar o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Penitenciário Nacional. O texto, de autoria do governo, foi aprovado em votação simbólica. Os senadores começaram a analisar os destaques (propostas de mudanças ao texto), mas encerraram a reunião por causa do início da sessão deliberativa da Casa. A expectativa é que sejam votados só depois das eleições.

A PEC altera as competências de União, unidades da Federação e municípios para fortalecer o combate ao crime. O texto prevê o endurecimento penal contra faccionados e blindagem dos estados e do Distrito Federal contra a influência da União para direcionar políticas públicas — na contramão da proposta original, elaborada pelo então ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski.

Também dá à Polícia Federal

(PF) poder de investigar infrações penais “contra a ordem social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União”, inclusive crimes ambientais, organizações criminosas e milícias privadas para outras doenças. “Estamos com estudos em andamento para outras vacinas, contra

líder do projeto RNA de Bio-Manguinhos/Fiocruz, pesquisas também estão sendo desenvolvidas para outras doenças. “Estamos com estudos em andamento para outras vacinas, contra

leishmaniose e tuberculose, por exemplo, e sabemos que é possível produzir terapias voltadas a doenças como o câncer”, explicou.

Patrícia observa que a produção nacional pode diminuir o

tempo para desenvolver novos medicamentos. “Possibilita o desenvolvimento e a produção nacional de produtos de saúde inovadores em menor tempo, a custos reduzidos e,

consequentemente, amplia o acesso da população a imunizantes de última geração”, disse.

O diretor-presidente da Anvisa, Leandro Safatle, salientou que “ter um estudo clínico desse

porte, com tecnologia inovadora e feito por uma instituição pública, é uma demonstração concreta do compromisso com a proteção à saúde e com o desenvolvimento da ciência”.

VIOLÊNCIA

Conflitos no campo sobem, mas homicídios diminuem

» CAETANO YAMAMOTO*

O conflitos no campo aumentam no primeiro semestre de 2026, mas o número de assassinatos caiu em relação ao mesmo período do ano passado. Os dados foram divulgados, ontem, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Foram registrados 841 casos de violência no campo entre janeiro e julho, contra 798 casos no mesmo período de 2025 — aumento de 5%. No ano passado, houve uma redução de 28% em relação a 2024.

As principais vítimas foram os povos indígenas, seguidos dos trabalhadores e trabalhadoras sem terra, posseiros, seringueiros e quilombolas. O Maranhão continuou sendo o estado que mais registrou conflitos no campo no primeiro semestre (156), tendência que vem sendo observada nos últimos anos. Na sequência vêm Bahia (76), Pará (68) e Rondônia (54). Já o Amazonas registrou um aumento de 140% das ocorrências — 52 registros de conflitos.

Chamam a atenção os conflitos por água, que mais do que dobraram em relação ao primeiro semestre de 2025. Houve um

salto de 47 para 100 registros em 20 estados. O Pará está no topo das ocorrências, com 16 registros, seguido de Minas Gerais (11), Amazonas e Mato Grosso (10 conflitos cada um).

Também houve uma diminuição nas ocorrências de trabalho escravo rural no primeiro semestre de 2026 em relação ao ano passado. Foram 30 ocorrências contra 101 no mesmo período de 2025. Em relação aos trabalhadores resgatados em regime análogo à escravidão, foram 355 nos primeiros seis meses deste ano contra 842 em 2025. Segundo a CPT, essa diminuição pode estar relacionada ao atraso no fornecimento de dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho.

O estado de São Paulo registrou o maior número de trabalhadores resgatados (148), sendo que em três desses episódios as pessoas foram retiradas de atividades de plantio e corte de cana-de-açúcar. O Rio Grande do Sul é o segundo colocado, com 17 resgatados.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi

Ton Molina/Agência Senado



Carvalho suprimiu financiamento de bets para Fundo Penitenciário

“capacidade financeira” para custear a corporação.

Além disso, permite às unidades da Federação criar forças-tarefas e organizar o sistema socioeducativo sem a participação da União e também fortalece os parlamentares contra outros Poderes. Isso porque dá competência ao Congresso para “sustar (derrubar) os atos normativos do Poder Executivo, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público que exorbitem do poder regulamentar ou dos

limites da delegação legislativa”.

A PEC incorpora o espírito do projeto de lei antifacção, cuja versão original também foi elaborada pelo ministério, ao criar uma nova categoria penal de “organização criminosa de alta periculosidade”, incluindo facções e milícias, que teriam um regime penal mais rigoroso. Há a previsão, por exemplo, de sanções mais graves e regime legal especial para lideranças dessas organizações criminosas — que deverão ficar em presídios de segurança máxima.